

## O PENSAMENTO SOBRE A EJA NA ÁREA DA GEOGRAFIA: ESTADO DO CONHECIMENTO EM PERIÓDICOS DE REFERÊNCIA (2012-2022)

SHAKIRA PORCIUNCULA SALASAR<sup>1</sup>; Dra. LÍGIA CARDOSO CARLOS<sup>2</sup>

*<sup>1</sup>Programa de Pós-Graduação em Geografia-UFPEL –  
shakiraporciunculasalar@gmail.com*

*<sup>2</sup>Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFPEL – li.gi.c@hotmail.com*

### 1. INTRODUÇÃO

O texto trata de uma pesquisa em fase inicial, vinculada à linha Educação geográfica, formação de professores e ensino de Geografia do PPGeo/UFPEL e ao grupo de pesquisa GESFOP (Grupo de Estudos e Pesquisas Espaço Social e Formação de Professores). Tem como objetivo compreender o pensamento sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) na área da Geografia no Brasil, expressa em artigos científicos publicados em periódicos de representatividade acadêmica. Justifica-se a proposta e a base de dados tendo em vista que os artigos indicam enfoques, temas investigados e lacunas existentes. Com estas informações pode-se contribuir, de maneira modesta, para o estabelecimento de uma agenda para a formação e o ensino de Geografia na modalidade da EJA.

Para este trabalho, o recorte é um estudo que visa contextualizar aspectos da política educacional do Brasil, bem como sua expressão na legislação, voltada ao público da EJA. Esta fase busca subsídios para o desenvolvimento e análise da pesquisa de tipo estado conhecimento propriamente dita.

A população que busca por esta modalidade foi se alterando ao longo dos anos. O perfil descrito comumente como pessoas maduras, trabalhadoras, advindas de zonas rurais – quer seja por falta de condições financeiras ou de acesso aos estudos na idade considerada correta – não é mais o único a compor os ambientes voltados à EJA. A partir dos anos 1980 ocorreu uma alteração nos seus integrantes. A modalidade passou a receber discentes cada vez mais jovens, de origem urbana, que em inúmeros casos são resultantes de um processo de exclusão do ensino regular.

Desse modo, vivemos atualmente o fenômeno da juvenilização da modalidade, com o ingresso de jovens a partir dos 15 anos de idade no ensino fundamental e 18 anos no ensino médio. Além disso, a EJA tem buscado cada vez mais o ensino remoto, tendo em vista o cotidiano das pessoas que encontram no mundo digital a mobilidade necessária para concluir os estudos e, ainda, pela diminuição constante de turmas e escolas que a oferecem.

Ao olharmos para o grande número de pessoas analfabetas e que não concluíram seus estudos na educação básica no país, fica evidente a importância da EJA. Conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua: Educação 2022, divulgada pelo IBGE, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais recuou de 6,1% em 2019 para 5,6% em 2022, porém, equivale a 9,6 milhões de pessoas ainda analfabetas no país. Os dados da população fora da escola são mais preocupantes. Em 2022, foi identificado 9,5 milhões de brasileiras(os) entre 14 e 29 anos (18% da população) que não completaram a educação básica, seja porque não terminaram o ensino médio, por terem abandonado a escola antes ou por nunca a ter frequentado. Dentre estes

que não completaram a educação básica encontram-se as pessoas que buscam a EJA e, nela, conhecem a disciplina de Geografia, com suas fragilidades e desafios.

## 2. METODOLOGIA

A proposta tem como referência, no que se refere aos aspectos metodológicos, Romanowski e Ens (2006) ao discorrerem sobre a necessidade de levantamentos que desvendem e examinem o conhecimento já elaborado em determinada área ou assunto. Sendo assim, estrutura-se em caráter bibliográfico, vinculando a proposta a uma pesquisa do tipo Estado do Conhecimento.

Como critério para a escolha dos periódicos foram consideradas as especificidades disciplinares, ou seja, periódicos da Educação e da Geografia. Também foi considerada para a seleção a avaliação Qualis Periódicos, estrato A, conforme a classificação unificada, incluindo aqueles que abarcam a temática do ensino/educação no campo da Geografia. São eles: Revista Brasileira de Educação (ISSN 1809 449x/ Qualis A1); Educação & Sociedade (ISSN 1678 4626/ Qualis A1); Revista Brasileira de Educação em Geografia (ISSN 2236 3904/ Qualis A2); Boletim Goiano de Geografia (ISSN 1984 8501/ Qualis A1).

O processo de geração dos dados compreenderá dois movimentos para a seleção dos artigos: pré-seleção e seleção e serão utilizados como descritores básicos: ensino fundamental, ensino de Geografia, formação de professores e educação de jovens e adultos. Selecionado o material, será feita a leitura das produções com a elaboração de sínteses preliminares para identificação e compreensão do conhecimento produzido e acumulado no recorte estabelecido, bem como de abordagens dominantes, lacunas e temas emergentes. Os procedimentos de análise incluirão as seguintes indagações, dentre outras que se evidenciarão no processo: qual a origem e pressupostos científicos presentes nos artigos; qual o local de realização e instituição a que esteve vinculado; quais escolhas teóricas e metodológicas se evidenciam, se há vínculos da produção com orientações advindas de políticas curriculares e qual a contribuição proposta para a área.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No que tange ao estudo que visa contextualizar aspectos da política educacional do Brasil, bem como sua expressão na legislação voltada à EJA, esta fase inicial da investigação busca subsídios para o desenvolvimento e análise da pesquisa de tipo estado conhecimento propriamente dita.

É sabido a importância da Educação de Jovens e Adultos, no entanto esta área de ensino tem sido historicamente negligenciada pelo governo e pela sociedade em geral. No entanto, é importante analisar as principais políticas educacionais voltadas a esse público que expressam localmente dinâmicas construídas a partir de tendências e agendas internacionais desde os anos 1990 (HADDAD; DI PIERRO, 2015). Sua institucionalização como modalidade de ensino ocorreu somente no ano de 1996, tanto para o nível fundamental quanto médio, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96)

Trata-se de uma proposição pouco inovadora e sucinta, trazendo em dois artigos a reafirmação do direito da população jovem e adulta ao ensino básico, como dever público de oferta gratuita e em forma de cursos ou mesmo de exames supletivos. Também aponta como única novidade desta sessão a redução da idade

mínima exigida para ingresso nesta modalidade, fixadas em 15 anos para o ensino fundamental e 18 para o ensino médio.

Resultantes das conferências de nível nacional e internacional, que decorrem nos anos que seguem a implantação da LDB/1996, o Programa Fazendo Escola teve início em 2001, com o nome de Recomeço. Esse projeto, conforme Leite (2013), investe no apoio financeiro a estados e municípios para ser proposto em localidades com baixo índice de desenvolvimento humano (IDH). Outros exemplos são as ações do movimento educação de base da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Telecurso 2000, o SESC LER, mantido pelo Serviço Social do Comércio (Senac), Abre Parentes (Sesi) e o programa Mova Brasil.

A partir de 2003 o Governo Federal, sob a liderança de Luís Inácio Lula da Silva, estabeleceu uma política nacional de educação profissionalizante, dando destaque ao atendimento dos jovens e adultos e levando em consideração suas especificidades para o ensino. Conforme Sampaio (2009), em 2003 o governo passa a trabalhar com o projeto Brasil Alfabetizado, no qual são contratados professores leigos que recebem uma breve formação inicial. A finalidade era erradicar o analfabetismo no Brasil, funcionando em parceria entre governos estaduais e municipais, universidades, organizações não governamentais e entidades civis que tivessem experiência em EJA. Os demais programas de EJA implantados neste período utilizaram metodologias específicas para os diferentes níveis de ensino. O surgimento do ProJovem Integrado advém da união de seis outros programas sendo eles o Projovem, Agenda Jovem, Saberes da Terra, Escola de Fábrica, Juventude Cristã e o Consórcio Social da Educação. Buscam a ampliação do atendimento aos jovens, objetivando sua integração profissional, além de inseri-los em ações de cidadania, esporte, cultura e lazer, adaptando diferentes localidades, faixas etárias e necessidades dos alunos.

No que diz respeito à melhoria da situação dos jovens no mercado de trabalho surge o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego reestruturado em 2005, o PNPE passa a voltar suas ações ao âmbito da qualificação profissional, inclusão social e inserção no mundo do trabalho. Neste mesmo período foi instituído o Proeja, modalidade de EJA voltada à educação profissional, com o objetivo atender demanda de acesso de jovens e adultos à educação profissional e tecnológica de forma articulada com a elevação da escolaridade.

No ano de 2010, através da Resolução CNE/CEB nº 3, é proposta a oferta da EJA no formato de ensino a distância para o ensino fundamental e médio, devendo ser observados e privilegiados casos tidos como emergenciais, desde que haja suporte técnico e pedagógico apropriado.

Com a Resolução CNE/CP nº 2 de 2017, foi instituída a implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) a fim de orientar e unificar o ensino no Brasil, abrangendo todas as modalidades do ensino. Um documento de caráter normativo que defende o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais como direitos das crianças, jovens e adultos no âmbito da educação brasileira. Mas, somente no Parecer CNE/CEB nº 6/2020, afirma-se o alinhamento das Diretrizes Operacionais da Educação de Jovens e Adultos com a BNCC, o que na prática já vinha sendo estudado e estruturado pelas instituições de ensino.

Tendo como ação mais recente em vigor no país, a Resolução nº 1 de 28 de maio de 2021, está voltada à oferta de educação a distância a partir dos anos finais do Ensino Fundamental, estabelecendo como idade mínima para ingresso na modalidade 15 anos completos. Também reafirma o uso da BNCC na construção

dos projetos, como já havia sido indicado no ano anterior. A partir disso, podemos perceber que vai se consolidando um novo perfil para as propostas de escolarização na modalidade EJA.

#### 4. CONCLUSÕES

Assim, ao traçarmos esse perfil temporal da Educação de Jovens e Adultos podemos observar que esta modalidade sempre foi posta à margem do sistema educacional, ainda que, ao longo do tempo, inúmeras iniciativas de âmbito legal visassem o fim do analfabetismo no país e trouxessem à luz a importância da educação continuada para este público que não pode concluir seus estudos na idade prevista. Deste modo, reconhecemos as fragilidades da oferta de EJA e, consequentemente, a vulnerabilidade do ensino e da aprendizagem da Geografia neste contexto.

Este estudo constitui um processo que subsidia teoricamente a investigação em desenvolvimento sobre o ensino de Geografia na EJA, uma vez que amplia a compreensão da problemática da dissertação, possibilitando a construção de um quadro conceitual em torno do objeto pesquisado.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DI PIERRO, M. C.; HADDAD, S. Transformações nas Políticas de Educação de Jovens e Adultos no Brasil no Início do Terceiro Milênio: Uma Análise das Agendas Nacional e Internacional. **Caderno Cedes**, [s. l.], v. 35, ed. 96, p. 197-217, maio-agosto 2015.

LEITE, S. F. **O Direito à Educação de Jovens e Adultos da Modalidade EJA no Brasil**: Um Resgate Histórico. 1. ed. Curitiba: CRV, 2013. 326 p.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **RESOLUÇÃO nº 3, de 15 de junho de 2010**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/publicacoes-para-professores/30000-uncategorised/14906-resolucoes-ceb-2010>. Acesso em: 19 out. 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CONSELHO PLENO. **RESOLUÇÃO CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=79631-rcp002-17-pdf&category\\_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79631-rcp002-17-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 20 out. 2021.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte” em educação. **Diálogo Educacional**, Curitiba, v.6, n. 19, p.37-50, set/dez, 2006.

SAMPAIO, M. N. Educação de Jovens e Adultos: uma história de complexidade e tensões. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 5, n. 7, p. 13-27, 2009.